

ANDRÉ MENDES MOREIRA

*Prefácio*

Humberto Ávila

NEUTRALIDADE,  
VALOR ACRESCIDO  
E TRIBUTAÇÃO

2ª edição revista e atualizada

Belo Horizonte

**FÓRUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

© 2019 Editora Fórum Ltda.

2020 2ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

## Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
[www.editoraforum.com.br](http://www.editoraforum.com.br) – [editoraforum@editoraforum.com.br](mailto:editoraforum@editoraforum.com.br)

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do *e-mail* [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

M838n	Moreira, André Mendes
	Neutralidade, valor acrescido e tributação/ André Mendes Moreira. 2ª edição – Belo Horizonte : Fórum, 2020.
	256p.; 14,5cm x 21,5cm ISBN: 978-65-5518-039-8
	1. Direito Tributário. 2. Direito Constitucional. I. Título.
	CDD 341.39 CDU 351.72

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MOREIRA, André Mendes. *Neutralidade, valor acrescido e tributação*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 256p. ISBN 978-65-5518-039-8.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
<b>HUMBERTO ÁVILA</b> .....	13
NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO .....	17
NOTA À PRIMEIRA EDIÇÃO .....	19
<b>1 INTROITO</b> .....	21
1.1 O IVA e a neutralidade .....	21
1.2 Neutralidades vertical e horizontal .....	30
1.3 Plano da obra .....	34
<b>2 VALOR NEUTRALIDADE: DA ECONOMIA PARA O DIREITO</b> .....	39
2.1 Os sentidos econômicos do vocábulo neutralidade.....	39
2.2 Neutralidade no direito.....	46
2.2.1 Conceito .....	46
2.2.2 A neutralidade e o IVA .....	50
<b>3 NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA E O IVA EUROPEU</b> .....	53
3.1 Do Tratado de Roma à Diretiva IVA.....	53
3.2 Neutralidade vertical na Diretiva IVA.....	58
3.2.1 Os principais dispositivos relacionados ao direito de crédito..	58
3.2.2 Os testes do consumo e econômico para crédito do IVA .....	60
3.3 Posicionamento da Corte de Justiça da União Europeia.....	63
3.3.1 Considerações preliminares.....	63
3.3.2 Da conexão restritiva à ampliativa.....	66
3.3.2.1 Anos 1980.....	66
3.3.2.2 Anos 1990.....	71
3.3.2.3 Primeira década dos anos 2000 .....	77
3.3.2.4 De 2010 à atualidade .....	93
3.3.2.4.1 A continuidade do entendimento pretérito .....	93

3.3.2.4.2	Uma pedra no caminho.....	96
3.3.2.4.3	Retomada do bom direito .....	99
4	NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA NO BRASIL .....	111
4.1	Tributação do consumo e regras aplicáveis .....	111
4.1.1	Da proclamação da República à Constituição de 1946.....	111
4.1.1.1	Imposto de Consumo .....	111
4.1.1.2	Imposto sobre Vendas e Consignações.....	120
4.1.1.2.1	Imposto Federal sobre Duplicatas de Faturas Comerciais .....	120
4.1.1.2.2	Imposto Estadual sobre Vendas e Consignações Rurais, Industriais e Mercantis.....	123
4.1.1.3	Imposto de Indústrias e Profissões.....	127
4.1.2	Da Emenda Constitucional nº 18/65 aos dias atuais.....	130
4.1.2.1	Visão panorâmica.....	130
4.1.2.1.1	Ambiente reformista.....	130
4.1.2.1.2	Primeira obra: a EC nº 18/65 em sua redação original.....	132
4.1.2.1.3	Ajustes empreendidos pela Constituição de 1967 e pela EC nº 01/69.....	135
4.1.2.1.4	Constituição de 1988.....	137
4.1.2.2	Tributos sobre o consumo pós-EC nº 18/65 .....	138
4.1.2.2.1	IPI.....	138
4.1.2.2.1.1	Constitucionalização da não-cumulatividade .....	138
4.1.2.2.1.2	Início.....	140
4.1.2.2.1.3	Inovação.....	141
4.1.2.2.1.3.1	RIPI/72 e o Parecer Normativo CST nº 181/74 .....	141
4.1.2.2.1.3.2	Consumo imediato.....	147
4.1.2.2.1.3.3	Consumo integral (inutilização completa em etapa única).....	150
4.1.2.2.1.3.4	Exigência cumulativa de consumo imediato e integral.....	152
4.1.2.2.1.4	Insistência no equívoco.....	155
4.1.2.2.2	ICM.....	160
4.1.2.2.3	ICMS.....	164
4.1.2.2.3.1	Período do Convênio ICM nº 66/88.....	164
4.1.2.2.3.2	Lei Kandir.....	165
4.1.2.2.3.2.1	Crédito financeiro .....	166
4.1.2.2.3.2.2	Crédito financeiro mitigado .....	168
4.1.2.2.3.3	Quadro comparativo.....	170

4.1.2.2.4	Contribuição para o PIS e a Cofins.....	173
4.2	Direito ao crédito sobre insumos e o STF.....	176
4.2.1	Imposto de Consumo .....	178
4.2.1.1	Debates iniciais.....	178
4.2.1.2	Imposto de Consumo e os produtos intermediários .....	182
4.2.1.2.1	Conceito de bens intermediários .....	182
4.2.1.2.2	Outras questões relativas à neutralidade.....	185
4.2.2	Imposto sobre Produtos Industrializados .....	187
4.2.2.1	Gênese da pugna jurisprudencial .....	187
4.2.2.2	<i>Leading case</i> sobre consumo imediato e integral.....	190
4.2.2.3	Jurisprudência subsequente .....	195
4.2.3	ICM.....	197
4.2.3.1	Primeiras lides .....	197
4.2.3.2	Bens intermediários.....	199
4.2.3.2.1	Novidade de um tributo para além da etapa industrial .....	199
4.2.3.2.2	Precedentes .....	200
4.2.4	ICMS e os bens intermediários .....	207
4.2.5	PIS/Pasep e Cofins.....	212
4.2.5.1	Matéria constitucional e o STF .....	212
4.2.5.2	Entendimento do STJ.....	215
4.2.5.2.1	Correntes de pensamento .....	215
4.2.5.2.2	Curso da votação e o resultado .....	217
5	CONCLUSÕES.....	225
5.1	Neutralidade como princípio e sua gradação.....	225
5.2	IVA europeu e a neutralidade ampliativa .....	229
5.3	A não-cumulatividade no Brasil e a neutralidade restritiva .....	231
5.3.1	Neutralidade seminal.....	231
5.3.1.1	Imposto de Consumo .....	232
5.3.1.2	IPI.....	234
5.3.1.3	ICM.....	239
5.3.2	Contemporaneidade e o futuro.....	241
	REFERÊNCIAS.....	247